

**ABORDAGEM TERRITORIAL NO DIAGNÓSTICO
DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES**

- **Valdemar João Wesz Junior**

Pesquisador e bolsista do CNPq pelo Centro Agroecológico do Vale do Rio Uruguai/RS e Graduando em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial - UERGS/MISSÕES -
Endereço: Rua General Câmara, 2116 Apto. C – São Luiz Gonzaga /RS CEP: 97800-000
E-mail: jwesz@yahoo.com.br

- **Iran Carlos Lovis Trentin**

Doutorando em Desenvolvimento Rural - PGDR/UFRGS & Presidente da COOPERAFE
BRASIL TRENTO - Endereço: Rua Trento, 01 - CEP 98355-000 Trentin/ RS.
E-mail: lovis@ufrgs.br

**Grupo de Trabalho
Localização e distribuição regional do desenvolvimento**

ABORDAGEM TERRITORIAL NO DIAGNÓSTICO DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES

Resumo

A abordagem sob o enfoque territorial vem ganhado reconhecimento e apreciação frente a inúmeras e inquietantes indagações que assolam as ciências sociais, onde esta nova unidade de referencia, o território, começa a compreender a diversidade de rotas que segue o processo de desenvolvimento. Uma vez que, a análise territorial inclui a re-elaboração das funções rurais e urbanas; agregam novos valores, não necessariamente econômicos, as atividades interioranas; valoriza as potencialidades locais, perdendo o enfoque setorial. Assim, neste trabalho, a premissa básica é analisar as agroindústrias familiares frente esta nova circunstância espacial, já que, o território como veículo de avaliação atrai, para os empreendimentos em estudos, novos valores fortalecendo-os dentro da agricultura familiar pelo seu caráter multidimensional, que até então eram camufladas pelo pretexto setorial.

Palavras-chave: Abordagem territorial; desenvolvimento rural; agroindústria familiar.

Introdução

A tentativa de alcançar um novo modelo de desenvolvimento para agricultores familiares fez-nos recorrer a inúmeros conceitos e percorrer diversas situações. Mas buscar esse novo paradigma está cada vez mais complexo, difícil e obscuro, principalmente pelas mudanças sociais ocorridas nos últimos anos, tanto no meio rural como no espaço urbano.

Deste modo, o meio rural absorveu novos papéis e, automaticamente, novas centralidades. E hoje, vê-se a necessidade de uma nova unidade de referência que seja capaz de ver a importância da criação de potencialidades territoriais para que esse ambiente não se identifique somente pelo agrícola. Uma vez que, a análise territorial inclui a reelaboração das funções rurais e urbanas; agregam novos valores, não necessariamente econômicos, as atividades interioranas; valoriza as potencialidades locais, perdendo o enfoque setorial.

O foco empírico deste estudo encontra-se na mensuração da representatividade e importância das agroindústrias familiares para com o meio rural dentro de uma perspectiva territorializada. Mas, além disso, mostrar-se-á a necessidade de um determinado território rural ser auto-suficiente em alguns produtos processados para posteriormente alcançar, de forma direta ou indireta, uma identidade regional e, conseqüentemente, uma valorização dos seus produtos e território. Já que isso tudo refletirá nos patamares de desenvolvimento do espaço em questão.

Para tanto, antes de qualquer movimento, delimitaremos o território em análise pela estrutura agrária existente, pelo tipo de colonização e ocupação do espaço, pelas características geográficas e ambientais, pela utilização da mão-de-obra e dos meios de produção, ou seja, onde ocorre o regime de propriedades familiares. Essa definição de território desconsidera, de forma genérica, os aspectos naturais, pois, como expressado, leva-se neste estudo em consideração o espaço rural e sua multifuncionalidade. Neste sentido, o território definido nesse trabalho é formado pelos municípios gaúchos de Porto Xavier, Roque Gonzáles, Dezesseis de Novembro, Pirapó e Porto Lucena porque possuem semelhanças e/ou proximidades na questão da estrutura fundiária, ocupação da terra, relações sociais e um capital social relativamente dinâmico.

Para responder aos propósitos estipulados neste trabalho fez-se, primeiramente, uma identificação das agroindústrias produtoras da cachaça dentro do território estipulado e, a partir disso, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os agricultores proprietários dos empreendimentos e com informantes qualificados (secretários da agricultura dos municípios e extencionistas da EMATER) para uma compreensão externa da situação atual dos empreendimentos rurais. Também, foram efetivadas visitas *in loco* nas agroindústrias estudadas junto com uma leitura de paisagem nas comunidades comparando as condições de vida dos atores envolvidos na agregação de valor com os produtores de matéria-prima – *commodities* - para grandes indústrias.

Contudo, neste trabalho, além da análise empírica fez-se uma ampla e detalhada revisão bibliográfica referente aos temas atuais que perturbam e influenciam diretamente o meio rural que fora analisado. Entre as contextualizações verificadas destacam-se a ruralidade, o desenvolvimento territorial e as agroindústrias familiares, onde se adequou e construiu considerações que se encaixem com a realidade local pesquisada.

Um novo rural

Em um mundo globalizado onde os laços entre o campo e a cidade ocultam-se junto a imensuráveis semelhanças fica cada vez mais difícil, ou no mínimo, mais complexo conceituar e/ou situar o que chamamos de rural. Mesmo porque, diante da atual conjuntura econômica, como afirma Graziano da Silva, (1999):

“a diferença entre o rural e o urbano é cada vez menos importante. Pode-se dizer que o rural hoje, só pode ser entendido como um *continuum* do urbano do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais serem identificadas apenas com atividades industriais, nem os campos com a agricultura e a pecuária. Do ponto de vista social, a organização do trabalho na cidade se parece cada vez mais com a do campo e vice-versa”.

Infelizmente as comunidades científicas tanto brasileira, como mundiais, adquiriram com o passar dos anos alguns vícios, que implica na forma conceitual, de como identificar o rural, definindo o espaço pesquisado de maneira não neutra, ou seja, possui uma resposta antes mesmo de conhecer a realidade, muitas vezes se baseando nas dinâmicas demográficas. Isso ocorreu de tal forma que buscavam saber a ruralidade de um dado local através do patamar populacional, da ocupação da agricultura, isto é, na maior parte assimilava-se o rural com o isolamento, mostrando assim a necessidade de uma reformulação conceitual (Abramovay, 2003).

Como se pôde observar, o meio rural sempre estava sendo definido pela agricultura, talvez por essa, na maior parte dos casos, oferecer oportunidades de emprego e geração de renda. Assim, há profundas confusões entre o espaço agrícola e o espaço rural. No entanto, não é aconselhável defini-las por seu caráter agrícola, é preciso ver toda sua natureza territorial e não somente a setorial. Portanto, justifica-se a necessidade de observar as economias regionais para formular uma melhor definição espacial e multissetorial, onde a agricultura é um mero integrante do rural. Assim, este meio começa a deixar de ser visto como uma simples máquina de produzir alimentos, na qual os produtos são os valorizadores da região, passando a atender pela concepção de que o território é quem ressalta esta região, pois busca um desenvolvimento territorial sustentável por seu espaço e não por seus aspectos temporais e setoriais (Abramovay, 2003).

Neste sentido, vê-se que é cada vez menos relevante e importante a identificação do espaço rural como produtor de matérias-primas. Pois é neste mesmo espaço que as atividades não-agrícolas estão construindo uma importante alternativa de desenvolvimento sustentável para o meio rural, além de garantir a reprodução¹ de diversos atores sociais. Neste local de pluriatividades percebe-se que cada vez mais o rural possui atividades tipicamente urbanas, como afirmam Graziano da Silva, Sacco dos Anjos e Schneider. Este último ainda complementa:

¹ A reprodução aqui está sendo entendida como um intrincado e complexo jogo, através do qual as propriedades familiares relacionam-se com o ambiente e com o espaço no qual estão inseridas. A reprodução é, “acima de tudo, o resultado do processo de intermediação entre os indivíduos-membros com sua família e de ambos interagindo com o ambiente social em que estão imersos” (Schneider, 2003: 97).

Enquanto fenômeno social e econômico presente na atividade na estrutura agrária dos países desenvolvidos e em alguns países emergentes, como no caso do Brasil, podemos definir pluriatividade como um fenômeno através do qual membros das famílias de agricultores que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais rigorosamente, optam pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. Neste sentido, ainda que se possa afirmar que pluriatividade é decorrente de fatores exógenos, como o mercado de trabalho não-agrícola, ela é uma prática que depende das decisões dos indivíduos ou das famílias (Schneider, 2003).

Em suma, o rural implica em características mais gerais, sendo uma delas a relação com a natureza, à qual é atribuída importância social crescente, pois é a vinculação da sociedade com o próprio meio. Assim, “à medida que a noção de ruralidade incorpora o meio natural como valor a ser preservado - e não como um obstáculo que o progresso agrícola deve fatalmente remover -, vão ganhando força às políticas e as práticas produtivas voltadas para a exploração sustentável da biodiversidade” (Abramovay, 2003).

Neste sentido, precisamos perceber e compreender a ruralidade pela importância das áreas não densamente povoadas e pelo tipo de contato que elas mantêm com as cidades, além de ver à qual região ou “territórios” pertencem (pois o destino das áreas rurais se dá pelo lugar que a mesma está inserido - relações sociais com o meio). Outro fator que nos permite observar a inter-relação do rural-urbano é “o bem-estar econômico das áreas de povoamento mais disperso está ligado e depende da atividade econômica das áreas mais densamente povoadas” (Castle, 1987).

Assim sendo, a ruralidade não é, de maneira nenhuma, um atraso para o progresso e para urbanização. Ela é, e sempre será, um *valor* das sociedades contemporâneas. Valor esse que traz características para o meio rural, como: vínculo com a natureza, regiões não-densamente povoadas e inserção em dinâmicas urbanas, como diz Abramovay (2003). Esse autor ainda ressalta que: precisamos parar de ver este território como local de esvaziamento e isolamento, já que neste *rural* há uma imensa diversidade de valores e potencialidades, bastando a nós preservar e valorizar.

Regiões e territórios rurais

No início da colonização européia nas Américas, a partir de 1492, os colonos trouxeram consigo algumas técnicas de policultura que foram com o passar do tempo mesclando-se com as técnicas indígenas gerando uma nova matriz agrícola em quase a totalidade dos agricultores latino-americanos. Esta fase de produção baseada na diversidade e com certa preservação do meio ambiente perdurou até aproximadamente 1950. Pois a partir daí, com o advento da “Revolução Verde”, houve uma introdução massiva de agroquímicos e o emprego de mecanização em larga escala. Todas estas mudanças nas técnicas de produção, incluindo a adoção da monocultura, ocorreram sem uma democratização da base produtiva, como Brum (1988: 79) argumenta: “[...] modificou-se a produção sem alterar as estruturas agrárias”.

Em meio às diversas conseqüências agrupadas com a modernização, regiões começaram a diferenciarem-se. O dinamismo de algumas e a decadência de outras fizeram e fazem com que ocorra certa preocupação e uma grande heterogeização das mesmas. Assim, as semelhanças no que diz respeito ao clima, topografia, solo, índices pluviométricos, etc. não estão mais sendo difundidos como base e/ou parâmetros para o desenvolvimento. Contudo, como afirma Schneider (2004), a região como unidade de referencia continua considerando desenvolvidos, os espaços que apresentam indicadores econômicos favoráveis. Assim, o território, como fonte de delimitação, passa a ser o agente de transformação social e não um mero suporte de recursos físicos para objetos, atividades e processos econômicos (Vázquez Barquero, 2001: 58).

Em suma, “o território, como unidade analítica, faz com que as fronteiras sejam mudadas e/ou pré-estabelecidas conforme se moldam às condições sociais. Ou seja, os limites econômicos ocultam-se por detrás das condições sociais, culturais, políticas e naturais, dependendo dos interesses ou mesmo das necessidades a serem ponderadas” (Wesz Junior & Trentin, 2005a: 9).

Com o território como unidade de referencia atribui-se novas conquistas, como a visualização das vocações territoriais, que vem demonstrando um grande potencial. Contudo, a valorização dependerá da maneira como for este for trabalhado e de como for

fomentado, uma vez que, precisa beneficiar todos os atores do território. Desta forma, a valorização de atributos territoriais virá da conseqüência de uma junção de fatores, entre eles a união dos envolvidos, o incentivo (políticas públicas), os interesses e sem dúvida a liberdade de expressão e democracia nas suas próprias decisões. Enquanto o reconhecimento territorial surgirá das relações e distribuições de poder entre os mais diversos atores sociais para que, conseqüentemente, alcance os “objetivos” das relações produtivas e sociais, construindo, assim, uma funcionalidade territorial. Mas, para se chegar até esse patamar, onde o desenvolvimento territorial rural flua dentre as relações dos agricultores familiares, precisa-se superar, além dos atributos jurídicos e naturais, os reflexos exógenos.

Pois, como já mencionado, as unidades familiares sofrem imposições externas fragilizando ou até mesmo forçando determinadas decisões. Neste espaço observa-se que a noção de território engloba algo específico (local), mas é perturbada por fatores exógenos (global) debilitando as decisões internas deste espaço. De qualquer forma a participação social pode ocorrer dando, diretamente, uma vantagem aos atores envolvidos, tanto no que se refere à transformação produtiva – articulação de formas competitivas e sustentáveis na economia do território, chegando a um nível de mercado mais dinâmico - e transformação institucional – interação dos atores sociais entre si e com os agentes externos. Sendo que ambas as transformações buscam, concomitantemente, uma participação da população no processo e nos benefícios, como afirmam Schejtman & Berdegú (2004).

E, quando se percebe nos territórios rurais algo além dos recursos e disponibilidades econômicas, observa-se sua complexidade. Isso significa que cada território possui uma diversidade de atores, interesses e, ainda, cria características próprias, distinguindo-se dos demais. Essa realidade nos faz pensar na necessidade de estratégias territoriais de desenvolvimento que terá de atingir objetivos múltiplos e integrais para atender as principais demandas dos atores sociais em benefício de todos, conforme afirma o MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário (2003). Em meio a esta realidade, utilizamos uma delimitação territorial baseada em semelhanças e proximidades entre os atores. Pois, conforme assegura Abramovay (2003) “mais importante que vantagens competitivas dadas por atributos naturais, de localização ou setoriais é o fenômeno da proximidade social que permite uma forma de coordenação entre os atores capazes de

valorizar o conjunto do ambiente que atua e, portanto, de convertê-lo em base para empreendimentos inovadores”.

Então, nesta pesquisa o território a ser estudado compreende os municípios gaúchos de Porto Xavier, Pirapó, Roque Gonzáles, Dezesesseis de Novembro e Porto Lucena (para melhor localização vide Figura I).

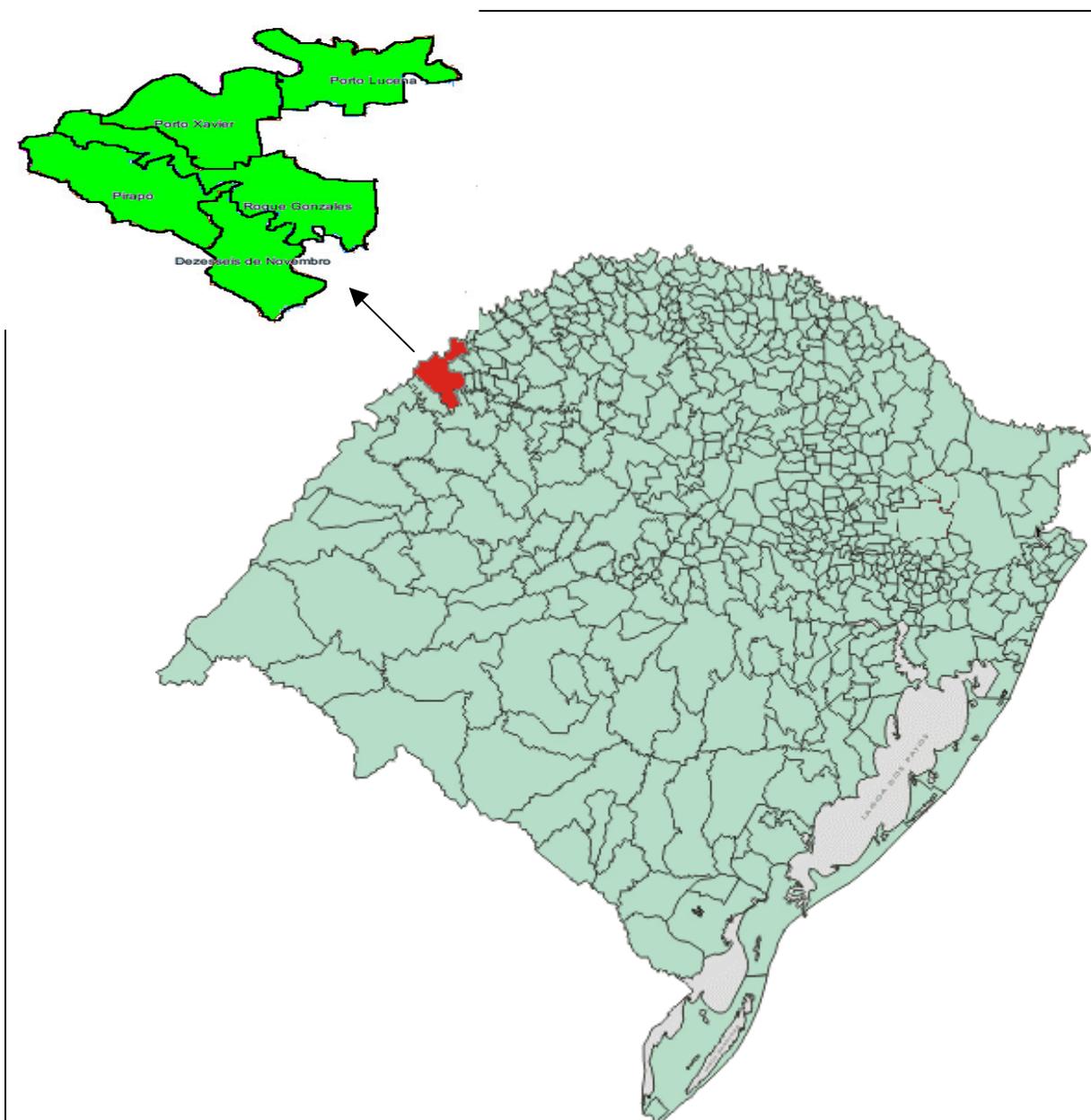


FIGURA I – Mapa do Rio Grande do Sul e a localização do território de pesquisa.

Se comparado com delimitações usadas pelos COREDS ou qualquer outro órgão, a Região das Missões compreende mais municípios e, conseqüentemente, mais realidades. Neste trabalho nos detemos neste território porque se possui semelhanças no que se refere ao tamanho médio das propriedades, que oscila de 15 a 20 hectares; pela ocupação da terra, que se deu a partir de 1920 por emigrantes europeus ou seus descendentes, onde a maior representatividade era de origem germânica e italiana, constituindo pequenas propriedades que fomentaram relações sociais de proximidade entre os agricultores familiares como a confiança, implementando um capital social relativamente dinâmico, segundo a perspectiva de Bourdieu. No caso dos outros municípios analisados pelos institutos, que são considerados como Missões, existe uma alta concentração de terra, o trabalho assalariado predomina e a exploração da terra acontece de forma uniforme.

No estudo de caso analisaremos a importância da delimitação territorial, como base para alcançar uma identidade territorial. Mas antes mesmo de fazer uma introdução ao trabalho de campo, faz-se necessário uma definição clara do que aqui se entende por agroindústrias familiares, já que posteriormente ocorrerá uma identificação destes empreendimentos como propulsores de renda e desenvolvimento, pois agregam valor aos produtos no próprio meio rural. Desta forma, concederemos a agroindústria familiar como uma fonte alternativa capaz de valorizar, e muito, a diversidade de valores e potencialidades que ocorrem nos territórios rurais, conservando, desta forma, a estrutura social deste espaço, junto com sua própria reprodução.

A necessidade da auto-sustentabilidade territorial

Na atualidade, o termo “desenvolvimento sustentável” se expandiu pelos mais diversos espaços e pelas mais variadas concepções. Em um primeiro momento contextualizaram como sendo “a satisfação das necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazerem suas próprias necessidades”. No entanto hoje, o conceito sobre sustentabilidade aumentou mais que a sua própria prática. Para tanto, neste estudo, fala-se mais na necessidade de um determinado território ser auto-sustentável ou, se for o caso, auto-suficiente, ou seja, diminuir a dependência de produtos processados agro-alimentares de outras regiões, valorizando o que

já se possui e, quando isso não ocorre, deve-se favorecer e/ou dar as condições para a criação destes empreendimentos (Trentin & Wesz Junior, 2004b).

O estudo central desse artigo compreende a importância da auto-sustentabilidade territorial, pois aqui serão estudadas as agroindústrias familiares de cachaça como exemplo de indicadores de desenvolvimento rural e territorial. Além de mostrar a importância desse tipo de empreendimento em espaços desvalorizados e menosprezados pelo capitalismo monopolista.

Contudo, a auto-sustentabilidade territorial virá conseqüentemente de uma ação organizativa dos atores sociais capazes de agregar valor a produtos agropecuários e dos consumidores desses produtos. Pois é da junção de ambos que garantirá a manutenção das agroindústrias e, o mais importante, que esse resultado seja de propriedade comum, já que promoverá ações dentro do território. Com essa forma descentralizada, acontecerá uma identificação regional e, posteriormente, uma valorização territorial, consorciado com o aumento do grau de desenvolvimento e da qualidade de vida dos beneficiários (Wesz Junior & Trentin, 2004a).

No território pesquisado – que compreende os municípios de Porto Xavier, Pirapó, Roque Gonzáles, Dezesseis de Novembro e Porto Lucena – fez-se, primeiramente, uma identificação das agroindústrias produtoras da cachaça para, posteriormente, fazer as pesquisas com os agricultores e suas agroindústrias; entrevistas com informantes qualificados (secretários da agricultura dos municípios, extencionistas da EMATER, etc...) para saber da situação atual dos empreendimentos rurais; e, por fim, realizou-se uma leitura de paisagem nas comunidades comparando as condições de vida dos atores envolvidos na agregação de valor com os produtores de matéria-prima – monoculturas - para grandes indústrias.

A cachaça foi o produto escolhido para a pesquisa de campo por ser uma atividade agroindustrial, feito neste território somente por agricultores familiares, por ocupar uma quantidade razoável de mão-de-obra – porém sazonal- e, principalmente, por possuir cana-de-açúcar, matéria-prima da cachaça, em grandes quantidades. Pois, é neste território que está localizada a primeira e única indústria de álcool de Estado, ou seja, há muita matéria-prima para os produtores de cachaça caso ocorra algum imprevisto com relação ao clima.

Também, é considerável dizer que muitos destes produtores de cachaça, que agregam valor ao sua matéria-prima vendem cana-de-açúcar para a indústria de álcool.

No território estudado, identificaram-se 12 (doze) agroindústrias familiares produtoras de cachaça. Assim, percebe-se que cada município possui pelo menos uma agroindústria familiar de cachaça e, outra constatação, é que estas, em sua maioria, estão situadas de forma descentralizada, ou seja, podem absorver diferentes grupos de mão-de-obra e consumidores; há um maior número de empregos diretos e indiretos espalhados pelo território, e não concorrem diretamente entre si, etc. Vale ressaltar também, que a divisão por municípios no mapa ocorre somente para uma localização melhor dos leitores, já que o termo aqui desenvolvido e utilizado é o território.

Após o levantamento de dados através das entrevistas com os proprietários, percebeu-se que 50 % das agroindústrias familiares fabricam algum derivado da cachaça, sendo o mais considerável em quantidades o licor, que é preparado com frutas existentes na propriedade ou aos arredores. É importante levar em consideração que entre os sabores de licor como: pitanga, jabuticaba, guabiju, laranja, bergamota, butiá e guavirova, alguns desses são sabores nativos da região, ocorrendo uma valorização dos hábitos culturais e dos recursos naturais do território ao produto final de algumas agroindústrias.

Em todos os empreendimentos a venda da cachaça ultrapassa o território aqui estabelecido. A comercialização, em alguns casos, excede o Estado e, até mesmo, o País – um dos motivos dessa venda internacional é a existência do Rio Uruguai que margeia quase todos os municípios ocorrendo, assim, uma “venda” para habitantes da Província de Misiones na Argentina.

Outro dado importante é que a agroindústria que mais produz, cerca de 100.000 litros ao ano, comercializa para aproximadamente 23 municípios, incluindo o território analisado. Desta forma, vê-se que a comercialização dos produtos vai além dos limites municipais. Quanto maior a abrangência da comercialização maior a valorização da cachaça.

Nos empreendimentos rurais observou-se, através da leitura de paisagem, que: quanto mais antigo a agroindústria maior é a produção e melhor são as condições de vida dos agricultores que dela vivem e dependem. Estes ainda possuem algum transporte para levar sua cachaça até o vendedor ou intermediário. Esse intermediário, na maioria dos

casos, busca o produto na própria agroindústria, pois assim, consegue a um preço inferior pela quantidade comprada. Uma das agroindústrias visitadas está produzindo a mais de 4 gerações, sendo que o modo de “fazer” preserva-se a mais de 100 anos, só com alguns equipamentos mais modernos e com maior conhecimento dos mercados.

Das 12 agroindústrias familiares de cachaça existentes e visitadas, nenhuma é legalizada. Os agricultores afirmam que: “é muito caro a legalização”; “existe uma burocracia demasiada, pelos mais diversos órgãos”; “o valor que se emprega na legalização não agrega-se no preço final de venda; deixa o produto muito caro, dificultando assim a comercialização”; e, “é inviável para pequena propriedade”; entre outros.

Por não possuírem legalização das agroindústrias os agricultores vendem seu produto em litros reaproveitados pet, ou como chamado por eles: “litirão”, (2 litros de embalagem utilizada com refrigerante principalmente). Segundo a vigilância sanitária, o uso dessa embalagem não é permitido, mas os agricultores comercializam nela por ser de fácil aquisição e de baixo custo. Nenhum dos empreendimentos possui rótulo, selo, marca ou qualquer identificação na embalagem, com isso dificulta ainda mais o reconhecimento individual de cada agroindústria/produto. E também a fiscalização pelos órgãos de arrecadação de impostos estaduais e federais.

As 12 agroindústrias, são administradas por 21 famílias de agricultores, ou, mais precisamente 51 pessoas, e em quase todos os empreendimentos existem mais de 2 indivíduos na administração do negócio. Em todas as agroindústrias os agricultores participam em Cooperativas de Pequenos Produtores, Sindicatos, Casa do Produtor, além da participação em feiras e exposições. Esse contato com a comunidade faz com que estes empreendimentos rurais sejam reconhecidos por um número maior de indivíduos e, por conseqüência, ocorre uma maior quantidade vendida.

Como constatado, somente em 2 agroindústrias familiares ocorre sobra de cachaça de um ano para outro. Nas outras 10, há uma dificuldade no envelhecimento da cachaça, já que não sobra praticamente nada. Com isso, os agricultores ficam impossibilitados de ampliar esse nicho de mercado, já que a produção total é vendida num período curto de tempo.

Em 25 % das agroindústrias ocorre a existência de empregados diretos, ou 6 pessoas. Porém todos os empreendimentos rurais possuem algum trabalhador sazonal, num

total de 20 diaristas, mais os diretos, formam 26 postos de trabalhos na safra. Com esse resultado vê-se que a essência do trabalho é familiar, consorciado com trabalho assalariado de fora da UP.

As 12 agroindústrias familiares do território fabricam anualmente um total de 318.500 litros de cachaça. Este produto é vendido na propriedade por um preço médio de R\$ 1,40 o litro. Gerando um montante ao ano de R\$ 481.180,00. Todo esse dinheiro circula neste espaço, ou seja, consegue-se, de forma descentralizada, solidária e territorial distribuir a renda dando qualidade de vida para os que dela se beneficiam e segurança no alimento para os consumidores, além de um preço mais acessível pela inexistência da legalização e valoriza certas características específicas que só serão encontradas na cachaça deste território.

Vale lembrar que a produção é artesanal, pouco tecnificada, com necessidade de mão-de-obra contratada já que a família não possui braços suficientes, dependendo da época do ano e da atividade, pois a cana-de-açúcar, matéria-prima da cachaça, exige um trabalho braçal e pesado especialmente na colheita.

Esse produto agroindustrial possui alguns diferenciais, já que a cachaça artesanal sofre muita concorrência com a aguardente industrializada ou “batizada”, produzida pela mistura de álcool, água e açúcar e vendida fora das normas de qualidade fiscais e sanitárias na maioria dos casos.

O total de área de cana necessário para a produção das agroindústrias analisadas chega aos 66,5 ha. Assim, o persistente discurso de alguns que afirmam: “precisa-se de grandes extensões de terra para se arrecadar capital financeiro” está cada vez mais velho e ultrapassado. Pois, nossa pesquisa comprovou, que em apenas 66,5 ha pode-se atingir um montante financeiro de R\$ 481.180,00. Claro que, isso acontece através da agregação de valor pela agroindustrialização dos produtos da agricultura familiar.

Mas não é só isso, pois nestes 66,5 ha, 21 famílias conseguem sobreviver sobre o lucro adquirido no final do processo agroindustrial; 26 empregados diretos e parciais adquirem um reforço financeiro por sua mão-de-obra prestada. Ou seja, 51 pessoas produzem e se reproduzem em cima desta área e como observado com qualidade de vida. Assim, constata-se mais uma vez que a agricultura familiar que na sua maioria é praticada em

pequenos espaços de terra pode implantar agroindústrias como uma alternativa viável e descentralizada, sendo capaz de gerar renda e dignidade para estes territórios.

Comprovou-se também, que em 83 % das agroindústrias o produto produzido é vendido em sua totalidade, e, na maioria dos casos, ocorre falta de cachaça. Isso nos mostra que há possibilidade de ampliação destes estabelecimentos ou, é claro, a implantação de novas agroindústrias familiares de cachaça ou de qualquer outro produto.

Assim, percebe-se que a auto-sustentabilidade através da implantação de agroindústrias familiares favorece o desenvolvimento rural territorial, valorizando o espaço e suas especificidades. Contudo, vê-se que no meio rural existem várias alternativas que levam a produção e reprodução social de seus atores, sendo a agroindústria uma delas. Desta forma, a multifuncionalidade desse rural começa a ganhar repercussão nacional, mas não é apenas por suas próprias iniciativas, mas principalmente, pelos seus resultados adquiridos. Resultados esses que trouxeram para o campo inclusão social, valorizando cada agricultor e, mais do que isso, cada potencialidade.

Considerações Finais

O território como unidade de referência trouxe novos valores para os estudos das potencialidades e alternativas para o meio rural, pois mostrou que mais do que interpretar os resultados econômicos tem-se que valorizar os fundos sociais, ambientais e culturais que são gerados, neste caso, pelas agroindústrias familiares. Já que, só assim, poderemos comprovar para as políticas públicas específicas que a agregação de valor de produtos e artigos interioranos gera renda e, mais do que isso, traz para os agricultores familiares qualidade de vida, sem estes terem que abrir mão de seus hábitos e de suas centralidades; uma vez que a agroindústria se acopla a estrutura agrária e as condições internas da unidade de produção.

Bibliografias Consultadas

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2ª ed. - Campinas: Unicamp, 1998.
- _____. **O Futuro das Populações Rurais**. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2003.
- BROSE, M. **Agricultura Familiar, desenvolvimento local e políticas públicas**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1999.
- BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002
- BRUM, A. J. **Modernização da Agricultura Trigo e Soja**. Ijuí, RS: VOZES e FIDENE, 1988. p. 200.
- CAPORAL, F. R. & COSTABEBER, J. A. **Possibilidades e Alternativas do Desenvolvimento Rural Sustentável**. In: VELA, H. (Org.). **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul**. Santa Maria: Editora da UFSM/Pallotti, 2003. p. 157-194
- CASTLE, E. N. **Policy options for rural development in a restructured rural economy: an international perspective**. In: SUMMERS, G. F. *et al.* **Agriculture and beyond: rural economic development**. Madison: University of Wisconsin College of Agricultural and Life Sciences, 1987.
- FRANTZ, Walter **Cooperativismo: Perspectivas - Um lugar de reencontro com a vida social**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003 (Caderno - Série Cooperativismo 03, 04 e 05)
- GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas: EI/UNICAMP, 1999 (Coleção Pesquisas 1)
- MAGALHÃES, Reginaldo S. **A nova economia do desenvolvimento local**. In: 2º Work and Labour Network. Rio de Janeiro, novembro de 2000.
- MDA **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**. Série texto para discussão 4. 2003
- OLIVEIRA, H. Criando as condições para a valorização dos territórios. In: MDA **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável. Texto para discussão 4**. 2003

- PAULILO, M. I. S. **Produtor e agroindústria: consensos e dissensos**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1990
- PREZOTTO, L. L. A agroindústria rural de pequeno porte e o desenvolvimento local/regional. In: Conferência Internacional de Desenvolvimento Sustentável e Agroindústria. Lajeada, 2000. **Anais...** Lajeado/RS, 2000.
- PUTMAN, Robert D. **Comunidade e Democracia - A experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1993-1996.
- SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004.
- _____. O papel da pluriatividade numa estratégia de desenvolvimento rural. In: Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, 2005. **Textos para Discussão**. Brasília/DF, 2005.
- VASQUEZ BARQUERO, A. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Ed. UFRGS/FEE, 2002.
- VEIGA, J. E. *et. alli*. O Brasil rural precisa de uma nova estratégia de desenvolvimento. Brasília/DF. CNDRS, MDA, NEAD, **Série texto para discussão 01**, 2001.
- VIEIRA, L. F. Agricultura e agroindústria familiar. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. VII, n. 1, p.11-23, Jan./Mar. 1998.
- WESZ JUNIOR, V. J.; TRENTIN, I. C. L. Desenvolvimento e Agroindústria Familiar. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, XLII, Cuiabá, 2004. **Anais...** Brasília: SOBER, 2004a.
- _____. Desenvolvimento local e agroindústria familiar. In: Coloquio sobre Transformaciones Territoriales, V, 2004. **Anais...** La Plata: Argentina, 2004b.
- _____. Desenvolvimento territorial rural. In: Jornadas de Antropologia Rural, 1º, São Pedro do Cololao, 2005. **Anais...** Tucumán: Argentina, 2005a.
- _____. Desenvolvimento territorial com agroindústrias familiares. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, XLIII, Ribeirão Preto/SP, 2005. **Anais...** Brasília: SOBER, 2005b.
- WILKINSON, J. A Cadeias produtivas para a agricultura familiar. Organizações Rurais e Agroindústrias. **Revista de Administração da UFLA**, v. 01, nº 01, 1999.